



**ACÓRDÃO Nº 839/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 10937/2014.**

**Apenso:** Processo nº 10521/2014.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Japurá.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Sr. Raimundo dos Santos Fonseca - Ordenador de Despesa.

**6- Advogado:** Não Possui.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2400/2017-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 396/399).

**9- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Japurá. Exercício de 2013.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, Vereador Presidente da Câmara de Japurá e Ordenador de Despesa, no curso do exercício de 2013, com base nos artigos 22, II, c/c o art. 24, da Lei Estadual nº 2.423/1996;

**10.2. Considerar em Alcance** o **Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, no valor de **R\$ 8.880,00 (oito mil, oitocentos e oitenta reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá, em face das restrições apontadas nos itens 5, 6 e 7, do Relatório conclusivo-DICAMI, transcritos na fundamentação do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**, comunicando ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, e expirado o prazo estabelecido, deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

**10.3. Considerar em Alcance** a **Sra. Ada Bernardo Para**, solidariamente



**ACÓRDÃO Nº 839/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

com o **Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, no valor de **R\$ 2.320,00 (dois mil, trezentos e vinte reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá, em face das restrições apontadas nos itens 5 e 7, do Relatório conclusivo-DICAMI, transcritos na fundamentação do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito, no prazo de **30 dias**, comunicando ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, e expirado o prazo estabelecido, deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. José Amadeu Pereira da Silva**, solidariamente com o **Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, no valor de **R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá, em face da restrição apontada no item 5, do Relatório conclusivo-DICAMI, transcritos na fundamentação do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito, no prazo de **30 dias**, comunicando ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, e expirado o prazo estabelecido, deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;
- 10.5. Considerar em Alcance o Sr. Raimundo Luciano de Almeida**, solidariamente com o **Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, no valor de **R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá, em face da restrição apontada no item 5, do Relatório conclusivo-DICAMI, transcritos na fundamentação do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito, no prazo de **30 dias**, comunicando ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, e expirado o prazo estabelecido, deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;
- 10.6. Considerar em Alcance o Sr. Sebastião Lindoso da Silva**, solidariamente com o **Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, no valor de **R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá, em face da restrição apontada no item 7, do Relatório conclusivo-DICAMI, transcrito na fundamentação do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito, no prazo de 30 dias, comunicando ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, e expirado o



**ACÓRDÃO Nº 839/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

prazo estabelecido, deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

- 10.7. Considerar em Alcance o Sr. Nilson Ferreira de Oliveira, solidariamente com o Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, no valor de **R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá, em face da restrição apontada no item 7, do Relatório Conclusivo-DICAMI, transcrito na fundamentação do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito, no prazo de 30 dias, comunicando ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, e expirado o prazo estabelecido, deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;
- 10.8. Considerar em Alcance a Sra. Rosenilde da Silva Tomás, solidariamente com o Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, no valor de **R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá, em face da restrição apontada no item 7, do Relatório conclusivo-DICAMI, transcrito na fundamentação do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito, no prazo de **30 dias**, comunicando ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento, do valor da condenação, e expirado o prazo estabelecido, deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;
- 10.9. Considerar em Alcance o Sr. José Orivaldo Barbosa de Oliveira, solidariamente com o Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, no valor de **R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá, em face da restrição apontada no item 7, do Relatório conclusivo-DICAMI, transcrito na fundamentação do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**, comunicando ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento, do valor da condenação, e expirado o prazo estabelecido, deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;
- 10.10 Considerar em Alcance a Sra. Gracineide Lopes dos Santos, solidariamente com o Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, no valor de



**ACÓRDÃO Nº 839/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**R\$ 1.140,00 (um mil, cento e quarenta reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá, em face da restrição apontada no item 7, do Relatório conclusivo-DICAMI, transcrito na fundamentação do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito, no prazo de **30 dias**, comunicando ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento, do valor da condenação, e expirado o prazo estabelecido, deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

- 10.11 Considerar em Alcance o Sr. José Betosa**, solidariamente com o **Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, no valor de **R\$ 1.140,00 (um mil cento e quarenta reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá, em face da restrição apontada no item 7, do Relatório conclusivo-DICAMI, transcrito na fundamentação do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito, no prazo de **30 dias**, comunicando ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, e expirado o prazo estabelecido, deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;
- 10.12 Aplicar Multa ao Sr. Raimundo dos Santos Fonseca** no valor de **R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, considerando os atos praticados com grave infração à norma legal, constantes das restrições não sanadas apontadas pela DICAMI (itens 1, 4 e 8) e pela DICOP (itens 1 à 10), transcritas na Fundamentação do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito, no prazo de **30 dias**. Expirado o prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55 da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, parágrafo 3º da Resolução n. 04/02-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;
- 10.13 Aplicar Multa ao Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, no valor de **R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)**, considerando as restrições não sanadas apontadas pela DICAMI (itens 5, 6 e 7), transcritas na fundamentação do Relatório/voto, que resultaram em injustificado dano ao erário, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito, no prazo de **30 dias**. Expirado



**ACÓRDÃO Nº 839/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

o prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, parágrafo 3º, da Resolução n. 04/02-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

**10.14 Determinar** à Câmara Municipal de Japurá que cumpra as determinações e recomendações esposadas nas Manifestações das Unidades Técnicas.

**11- Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 7 de Agosto de 2017.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público junto a este tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**

Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral